

PESCADORES CURRALISTAS NO LITORAL DO ESTADO DO PARÁ: EVOLUÇÃO E CONTINUIDADE DE UMA PESCA TRADICIONAL¹

MARIA CRISTINA MANESCHY

Resumo - Etnografia das práticas técnicas e sociais de produção dos pescadores "curralistas" - que utilizam currais, tradicionais armadilhas fixas de pesca - no município paraense de São Caetano de Odivelas. Descrição dos tipos de armadilhas, sua construção e modos de captura e das inovações introduzidas pelos pescadores, que buscam assim suplantam suas limitações técnicas e econômicas. Os curralistas são hoje mais dependentes do mercado, mas o modo como participam desse mercado não se tem alterado, pois eles não controlam a distribuição de seu produto em terra, em um contexto de maior concorrência na pesca litorânea. O texto analisa também o relacionamento entre curralistas e "redeiros" - que pescam com redes - bem como entre curralistas e "marreteiros", que são os comerciantes de pescado. Curralistas e redeiros mantêm relações de concorrência e por vezes de conflito, enquanto curralistas e marreteiros mantêm relações de complementaridade e dependência dos primeiros em relação aos segundos. Ao contrário do que ocorre com os redeiros, os curralistas continuam a pescar em sociedade, dividindo os custos, os riscos e o trabalho da pesca.

Resume - Etnographie des pratiques techniques et sociales de production des pêcheurs "curralistas" - ceux que utilisent des pièges fixes pour pêcher - dans la commune de São Caetano de Odivelas, Etat du Pará, Brésil. On décrit les types de pièges, la confection et la capture, ainsi que les innovations introduites par les pêcheurs, traduisant leurs efforts pour surmonter les contraintes économiques et techniques auxquelles ils sont soumis. Ils sont aujourd'hui plus dépendants du marché, mais la façon dont ils prennent part à celui-ci n'a pas changé, car ils ne maîtrisent toujours pas les moyens de distribution du poisson et ils font face à une concurrence accrue dans la pêche côtière. Le texte analyse également les rapports entre "curralistas" et "fileyeurs", de même que entre "curralistas" et marchands. "Curralistas" et fileyeurs entretiennent des rapports de concurrence, voire de conflit. "Curralistas" et marchands ont des rapports de complémentarité et de dépendance des premiers vis-à-vis des seconds. Au contraire de ce qui se passe chez les fileyeurs, les "curralistas" s'associent entre eux pour pêcher, partageant ainsi les coûts, les risques et le travail de la pêche.

Introdução

Este artigo analisa as práticas técnicas e sociais de produção próprias aos pescadores que utilizam currais, tradicionais armadilhas fixas de pesca no litoral brasileiro. Baseia-se em pesquisa de campo realizada no município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará, em 1990, complementada por observações efetuadas em outros municípios litorâneos.

Objetiva contribuir para o conhecimento dos modos de exploração dos recursos do mar que as populações da Amazônia instituíram e desenvolveram. Visa, também, apresentar uma contribuição à história das técnicas tradicionais na região, pois trata de um grupo de pescadores que adotam uma forma de pesca secular e outrora muito importante, pois era a base de uma das "grandes pescarias amazônicas" no século XIX,

¹ Texto originalmente apresentado como parte da tese de doutorado *Pescadores do litoral do Estado do Pará, norte do Brasil; sistemas técnicos e sociais de exploração dos recursos do mar*, defendida na Universidade de Toulouse-Le Mirail (França), em novembro de 1993. A autora contou com bolsa de estudos do CNPq.

conforme a indicação de Verissimo (1970). Essa questão é abordada por um ângulo específico, que é o da análise das condições em que permanecem os pescadores curralistas, assim chamados aqueles que exercem principalmente a pesca com currais, da qual dependem para viver. Busca-se identificar suas estratégias produtivas, tendo em vista as novas situações com que se defrontam: o desmatamento que provoca escassez das madeiras utilizadas na confecção das armadilhas; a necessidade de maior produtividade face à demanda crescente por pescado; a difusão das redes de pesca; enfim, a maior concorrência sobre os recursos aquáticos.

Infelizmente não se dispõe hoje de dados estatísticos sobre a pesca no Pará, particularmente os relativos às técnicas empregadas. Todavia, as informações disponíveis mostram a frequência com que a pesca de currais ainda é praticada. É o caso dos municípios de São Caetano de Odivelas, Marapanim e Bragança, cujas características geográficas são favoráveis: importantes amplitudes de marés, terrenos de fraca declividade e existência de baixios próximos às margens. Tais condições se encontram em vários meandros ao longo da costa paraense, caracterizada como uma costa de "rias", isto é, recortada por vales fluviais invadidos pelo mar. (El-Robrini et al., 1992) (Fig. 1)

O principal estudo antropológico feito até hoje sobre curralistas nessa região, é o de Furtado (1980). Tomando por base Marudá, no município paraense de Marapanim, a autora estudou, entre 1976 e 1978, a organização social dos redeiros (que pescam com redes) e dos curralistas locais, incluindo a análise detalhada da tecnologia e das relações sociais nessa forma particular de pesca. Dando prosseguimento a essa temática, o presente estudo mostra elementos de continuidade e de mudança. De um lado, verifica-se que os conhecimentos e as práticas de captura elaborados pelos pescadores permanecem o eixo da produção pesqueira. Destaca-se, além disso, que nesse intervalo de pouco mais de uma década, os curralistas têm introduzido inovações em seu modo de pesca, traduzindo o dinamismo das populações que dependem dos recursos do mar e seus esforços em suplantar as limitações estruturais a que estão sujeitos. Tal dinamismo, todavia, continua pouco visível para a sociedade abrangente, em particular no âmbito de instituições formuladoras de políticas de apoio a

pequenos produtores rurais. As inovações técnicas implicam em maiores dispêndios monetários para a confecção dos currais. Em paralelo, o mutirão cedeu lugar ao pagamento por serviços prestados. Por outro lado, têm-se acirrado certas pressões e dificuldades, como a diminuição da produtividade dos currais face à concorrência das redes e o não controle dos pescadores sobre a comercialização de seus produtos. Os curralistas de São Caetano de Odivelas, tal como faziam os de Marudá, lançam mão de seus próprios recursos para responder aos objetivos de produção e de subsistência. É o que mostram suas formas de associação para pescar.

Este artigo tece inicialmente considerações sobre a importância dessa pesca no passado e caracteriza as grandes transformações no contexto regional a partir dos anos 1960 que tiveram efeitos sobre o setor pesqueiro, passando em seguida ao registro e à análise das práticas técnicas e sociais de produção dos curralistas.

Importância da pesca com currais no passado

Desde o início da colonização da Amazônia a pesca desempenhou papel essencial como fonte de abastecimento e de comércio. Técnicas de origem indígena estiveram por muito tempo na base das pescarias regionais.

A pesca com currais, praticada antes em diversos pontos do litoral do Brasil, tem elementos de origem indígena, expressos na própria terminologia correspondente. Por exemplo, as redes cônicas com que se recolhem os peixes, são denominadas *puçás*. Chamam-se também *paris* as esteiras de talas ou varas que formam as paredes dos currais, trançadas com cipós.

A bibliografia sobre a história da atividade pesqueira nesta região, conquanto restrita, permite constatar a grande importância que teve a pesca com currais, já na segunda metade do século passado. Segundo a classificação estabelecida em 1895 por Verissimo (1970, p. 13-14), citada acima, a pesca na Amazônia dividia-se em duas categorias, de acordo com os movimentos de população que suscitavam, o volume e o valor comercial da produção. A principal era a "grande pesca" a qual, "constituindo ao menos periodicamente uma indústria, seus produtos são objeto de comércio ou de troca, concorrendo desse modo ao aumento da riqueza pública regional". A segunda era a "pequena pesca", que

“visa à alimentação individual, ou constitui uma pequena indústria auxiliar de abastecimento local”.

O grupo das “grandes pescarias marítimas e submarítimas”, compreendia a pesca de duas espécies principais de peixe: as tainhas (*Mugil brasiliensis*) e as gurijubas (*Arius parkeri*). Durante o período colonial, havia-se utilizado tainhas secas como meio de pagamento de funcionários, o que demonstra o interesse despertado desde então por sua captura. As gurijubas, por seu turno, fornecem um dos mais antigos gêneros de exportação da Amazônia, a ictiocola (“grude”).

As gurijubas ocorrem a distâncias consideráveis da costa, sendo capturadas com instrumentos móveis como o espinhel e, mais recentemente, a rede malhadeira. Quanto às tainhas, peixes que sobem os estuários e o curso inferior dos rios, elas eram pescadas à época de Veríssimo, principalmente com currais. Currais e espinhéis foram, com efeito, os dois principais métodos de pesca no litoral paraense, até por volta da década de 1960.

Testemunho da antiga importância dos currais é o fato de que, em 1884, o Governo da Província do Pará concedeu incentivos a um grupo empresarial, o Castel & Pontet, para abastecer a capital com pescado fresco, da mesma forma que em anos anteriores outros haviam sido beneficiados, como mostraram Hurley (1933) e Furtado (1981). Procurava-se resolver os graves problemas de abastecimento, especialmente naquele momento em que a população dessa cidade crescia vertiginosamente em conseqüência do surto da borracha. O grupo em questão usufruiu de empréstimos públicos e de subvenções, sendo que parte deles destinava-se à aquisição de barcos a vapor e para a prática de um tipo de pesca inovador, com o “traool”, redes de 100 pés de comprimento, manipuladas mecanicamente a partir do barco a vapor. Todavia, sem que se conheçam as razões, esse empreendimento não obteve êxito. Em 1887, como se constata em artigo publicado na imprensa local, o pescado até então colocado à venda na capital “era capturado com pequenas canoas, por meio dos currais do litoral, desde o município de Vigia até o de Salinas”. (Empreza, 1887)

Importante mudança nessa época foi a instalação de fábricas de gelo na capital paraense. Elas dispuseram de incentivos fiscais, como indica

a Lei Provincial nº 942, de 17 de agosto de 1879, isentando-as do pagamento de tributos provinciais e municipais. Desde então comerciantes de origem portuguesa investiram no comércio de pescado. (Hurley, 1933; Furtado, 1981). Seus grandes barcos à vela, munidos de caixas de gelo - as “geleiras” - passaram a frequentar as praias para comprar o produto dos pescadores e revendê-lo na capital.

O gelo provocou modificações no processo de trabalho. Com a presença de uma geleira nas redondezas, eles não eram mais obrigados a interromper as pescarias para salgar os peixes, aguardando o dia da venda. Todavia, tal inovação não modificou as condições sociais da produção, notadamente a dependência dos pescadores em relação àqueles que controlam, em terra, os meios técnicos e sociais de distribuição do pescado: os marreteiros, como são chamados os comerciantes de pescado. E os lucros da pesca efetivamente não alcançavam a população produtora. Assim é que Hurley (1933), analisando a comercialização do pescado em seu tempo, mostrou que os peixes chegavam a Belém por preços elevados, devido à cadeia de intermediários, enquanto que os pescadores recebiam somas irrisórias.

Transformações na economia paraense a partir dos anos 1960 e a especialização dos pescadores costeiros

Apesar da importância da pesca em fins do século passado, os estudos mostram que há cerca de três décadas atrás, essa não constituía atividade exclusiva das populações litorâneas do Pará. Ela era complementar à agricultura e à coleta. Baena (1839) por exemplo, ao descrever a localidade de São Caetano de Odivelas em 1823, mostra que os habitantes viviam então da pesca e de alguns cultivos. A exploração do mar parecia monopolizar os habitantes unicamente durante as safras. É o que constatou Furtado (1980) em Marapanim, hoje em dia um importante município pesqueiro. Mostrou a autora que sazonalmente os pescadores deixavam sua casa no povoado, indo em busca dos cardumes das espécies de valor na capital e em outras cidades. Nas praias eles construíam ranchos, cabanas rudimentares onde se abrigavam, cuidavam dos trastes de pesca e procediam ao beneficiamento do pescado. Hoje em dia, nos municípios costeiros, encontram-se

agricultores que na entressafra da lavoura dirigem-se a um porto onde possuem amigos ou parentes, para se engajarem temporariamente em tripulações de pesca. Porém, não é mais como antes. A maioria dos pescadores vive exclusivamente dessa atividade.

Por um conjunto de razões, regionais e nacionais, uma parte importante da população litorânea foi levada a se especializar na pesca, notadamente a partir da década de 1960. Um dos pivôs desse processo, destaca Furtado (1980), foi a extensão da malha rodoviária. As estradas ligando Belém ao Centro-sul e depois ao Nordeste do país, bem como a melhoria das rodovias do próprio Estado do Pará, vieram facilitar as comunicações entre os povoados do interior e os centros urbanos e, conseqüentemente, favorecendo a circulação dos produtos haliêuticos. Com efeito, mesmo com as geleiras, as distâncias e o tempo de viagem entre os portos de pesca e a capital eram fatores que restringiam o comércio.

Antigos pescadores de São Caetano de Odivelas testemunham essas dificuldades anteriores. Ao se referirem à pesca no passado, mencionam invariavelmente a abundância de peixes, quando muitas vezes era necessário “abrir o curral”, para deixar escapar grandes quantidades que não poderiam vender. Eles lembram também que “o peixe não tinha valor” e, ademais, os geleiros só compravam as espécies de qualidade, os chamados “peixes de escama” (como tainhas, pescadas e corvinas). Os “de ferrão”, ou “de pele” (diferentes tipos de bagres, meros, raias etc.), eram desprezados. Além disso, como a venda era feita “no mar”, os pescadores ficavam dias seguidos nas praias, sem voltar para casa. Isso porque São Caetano de Odivelas situa-se a cerca de 15km da costa, a montante do rio Mojuim. As geleiras fundeavam na foz dos rios. Com as estradas, elas foram sendo substituídas pelos caminhões, de modo que atualmente, estima-se que a maior parte do pescado que chega a Belém é trazido por essa via. (Caminhões, 1993)

Paralelamente, os artigos industrializados provenientes do Centro-sul do país puderam se difundir na região, gerando novas necessidades de consumo e, portanto, vinculando as populações rurais ao mercado. É importante destacar que a pesca prometia ganhos mais imediatos que a agricultura familiar, que enfrentava inúmeras dificuldades devidas à falta de terras e de meios de melhorar e diversificar as culturas. Assim, famílias

que viviam da agricultura, da coleta e da pesca sazonal, foram deixando a terra, passando a residir em povoações mais próximas à costa.

Mello (198, p.59) caracteriza a nova fase como de “comercialização intensiva do pescado”. Ademais, segundo esse autor, o fato de que a oferta de pescado era inferior à demanda estimulava investimentos capitalistas na própria produção pesqueira.

No conjunto das transformações em curso, vale então sublinhar dois aspectos. De um lado, a pesca em pequena escala se afirmava como alternativa de sobrevivência para numerosas famílias camponesas. De outro lado, a intensificação do comércio, as inovações nos transportes, que suscitavam por sua vez inovações nos meios técnicos de pesca - uso de redes, de motores e de gelo nos barcos - atraíam investimentos capitalistas na pesca. Constata-se, portanto, que duas formas sócio-econômicas se consolidam nesse setor: as pequenas unidades produtivas, de pescadores que atuam com seus próprios instrumentos ao lado de outros pescadores, pagos por produção, com quem habitualmente têm laços de parentesco ou de afinidade; e as unidades pertencentes a armadores, aqueles melhor equipados, que possuem vários barcos e equipamentos e que contratam pescadores, sendo representados a bordo por “encarregados”; não raro esses proprietários atuam também como marreiros.

Os curralistas figuram invariavelmente no primeiro grupo. Muito freqüentemente eles formam sociedades, de dois a três pescadores, dividindo custos, riscos e o trabalho. A grande maioria não dispõe de recursos financeiros para adquirir os instrumentos mais modernos e rentáveis atualmente, as redes e embarcações a motor, com umas para gelo.

Assim, as transformações nas três últimas décadas incitaram a atividade pesqueira e levaram à especialização de uma parte da população na pesca. Apenas no Estado do Pará, hoje com pouco mais de 5 milhões de habitantes, há cerca de 100.000 pescadores artesanais, segundo a Federação de Pescadores desse Estado. Pouco mais da metade deles habita nos municípios do litoral, onde a proporção de pescadores na população economicamente ativa do setor primário é sempre superior a 70%. (SUDEPE-PA/AP, 1988) A despeito de sua

importância como abastecedores do mercado interno, sua situação sócio-econômica permanece bastante difícil, como expressam as estimativas sobre a renda dos pescadores. Para 75% deles, ela é inferior a três salários mínimos. Eles continuam sem qualquer controle sobre a comercialização de seu produto.

Deve-se considerar, ainda, que os pescadores artesanais sofrem os efeitos da pesca industrial nas águas costeiras amazônicas, praticada com redes de arrasto mecanizado, não seletivas, por embarcações de 20 toneladas de capacidade em média. A frota industrial começou a operar a partir de 1969, quando se instalaram em Belém empresas de captura, beneficiamento e exportação de algumas espécies de pescado, estimuladas pela política de incentivos fiscais e creditícios do Governo Federal. Muito se tem discutido em Belém acerca dos problemas provocados pela tecnologia industrial, como o fato de que quantidades extraordinárias do que é capturado não é aproveitado, pois se constitui de indivíduos jovens, abaixo do tamanho mínimo de exportação e sem interesse comercial. Denúncias aparecem com frequência na imprensa. Para minimizar os prejuízos, inclusive de acidentes com pescadores artesanais, a SUDEPE instituiu a Portaria N-11 de 1987, proibindo o arrasto a menos de 10 milhas da costa. Sabe-se, todavia, que as burlas não são raras e que os órgãos de fiscalização carecem de meios eficazes de controle. Entre os pescadores da costa paraense, é corrente a opinião de que a pesca industrial tem causado redução sensível em sua produtividade, sendo essa opinião também partilhada pela Federação de Pescadores. (Pescadores, 1992)

Diante de uma maior pressão sobre os recursos marinhos, aqueles que dispõem de embarcações possantes e redes encontram-se em posição mais vantajosa do que os que praticam um método de pesca fixa, como os curralistas. Eles podem se deslocar ao longo da costa, não somente em razão das migrações dos cardumes, mas também em resposta à concorrência crescente. Os “novos” equipamentos, no entanto, são inacessíveis à maioria dos pescadores.

Nesse contexto, os curralistas continuam, procurando também aperfeiçoar sua pesca. Dadas as limitações com que se defrontam, suas estratégias produtivas permitem-lhes tão somente sobreviver, sem melhorar suas condições de vida.

Continuidade da pesca de currais: os curralistas de São Caetano de Odivelas

Segundo dados constantes dos arquivos da SUCAM, em Belém, esse município contava 16.605 habitantes em 1989. Seu perfil econômico é típico dos demais municípios litorâneos do Estado. No interior predomina a pequena agricultura, de base familiar, sobressaindo-se os cultivos de mandioca, arroz, feijão, pimenta e algumas frutas. Pesca-se nos rios para o consumo. À medida que se aproxima da costa, a pesca marítima e a captura de caranguejos nos manguezais ganham relevo, constituindo hoje as principais fontes de receita do município.

Os dados aqui apresentados referem-se aos dois maiores portos pesqueiros: a sede municipal, a “cidade” de São Caetano de Odivelas, com cerca de 5.000 habitantes, e a vila de Cachoeira, a 3 km da primeira, com 1200 habitantes. Segundo a Colônia de Pescadores local, 1000 pescadores residiam na sede municipal em 1990 e, em Cachoeira, 300. Respectivamente 231 e 127 pescadores estavam regularmente matriculados.

De acordo com levantamento feito pelo IBGE junto a essa colônia em 1989, as redes eram então os instrumentos de pesca mais usados, contando-se 2.153 unidades. Em seguida vinham os currais, em número de 550, uma quantidade expressiva. Não se pode, com efeito, afirmar que os currais estejam em franco declínio. Primeiramente, porque os pescadores têm introduzido várias inovações nos currais; em segundo lugar, porque eles são mais acessíveis financeiramente do que as redes hoje utilizadas na pesca marítima, sendo sua construção totalmente manual. Ademais, situam-se perto da terra, podendo ser alcançados em canoas a remo. Seu interesse é visível nas numerosas *linhas* de currais ao longo da foz do rio Mojuim. (Fig.2) Note-se que pescadores brasileiros imigrados na Guiana Francesa, aí introduziram esse método de pesca, conhecido como “barreira brasileira”. (Le Gagneur, 1987).

Diferentemente dos redeiros, que se especializaram nesse tipo de pesca, os curralistas praticam também outras modalidades de captura, concomitante ou sucessivamente ao curral. E isso para fazer face às variações sazonais nas capturas, ou então para aproveitar da passagem de certas espécies, como é o caso dos camarões e dos siris, apanhados com redes especiais denominadas *puças*. Nesse sentido, podem ser considerados

polivalentes, pois exploram de diferentes modos o meio ambiente.

Tipologia dos currais

Os currais constituem grandes cercados, com desenhos particulares. São instalados em função das correntes de marés, de modo a interceptar os peixes que, ao tentar escapar, são dirigidos para o interior da armadilha. Daí a importância capital da primeira fase da montagem, aquela em que se determina sua posição exata, conforme a direção das correntes. Nela reside, segundo os pescadores, a “ciência do curral”. Frequentemente deve-se fazer apelo a um perito, o *marcador*, pois nem todos os pescadores possuem a habilidade necessária.

A pesca de currais enseja intercâmbios entre povoados costeiros e do interior, de onde provêm os vegetais empregados em sua confecção.

Tal como em Marudá (Furtado, 1980), os pescadores de São Caetano de Odivelas distinguem entre os currais *da beira*, situados à beira de praias e rios, e os *de fora*, a distâncias maiores ou menores da costa. Os currais podem ser completamente descobertos à baixa-mar, ou parcialmente submersos. Estima-se que sejam mais produtivos durante as marés de sizígia, pois a força das correntes e a maior profundidade durante essa fase favoreceriam a aproximação dos peixes.

A denominação dos currais inspira-se de sua forma: *coração*, *cachimbo*, *enfia* e, a mais recente, *enfia-coração*. As figuras 3 a 5 mostram esquemas dos três tipos mais frequentes na área. As partes essenciais dos currais são a *espia*, a *sala* e o *depósito*. A *espia* é a barreira mais importante e a maior, disposta de modo a interceptar os peixes e de lhes dirigir para os outros compartimentos. O *depósito*, precedido da *sala*, é o compartimento no qual os peixes ficam definitivamente aprisionados.

Os currais mais comuns são os do tipo *coração*. Segundo o vocabulário técnico dos pescadores, eles devem ser colocados *de atravessado* em relação às correntes, capturando durante a vazante e a enchente. Já o *enfia*, que não dispõe nem de sala nem de espia, leva a que o peixe se introduza diretamente no depósito, empurrado pela maré. É armado à foz dos rios, com abertura para a

montante, de modo a captar as águas de vazante. As *asas* devem ser, por isso, bastante longas, entre 50 e 80 metros. Sua diferença principal em relação aos demais, é que ele só pesca na vazante.

Atualmente, os currais *de fora* são os grandes *enfia-coração*, associando os princípios do *coração* e do *enfia*. Trata-se de uma novidade trazida por um pescador originário do Maranhão, chegado há cinco anos em São Caetano de Odivelas. Ele foi o primeiro a colocar um curral segundo esse modelo, obtendo bons resultados. Outros curralistas pediram-lhe então que instalasse o mesmo para eles. Alguns posteriormente aprenderam como fazê-lo, enquanto outros o procuram todos os anos, para que ele faça a *marcação* de seus currais, em troca de serviços diversos. Em maio de 1990 havia quinze currais desse tipo em São Caetano de Odivelas. Eles são reconhecidos como os mais produtivos e os mais dispendiosos a construir, exigindo também grandes espaços, em razão da existência do *salão*, além da *sala*.

Os materiais para a fabricação dos currais

Os componentes principais dos currais são: moirões e varas de madeira, panagens de redes, folhas de palmeira, cipós, cordas e pregos. Os moirões, suportes da armadilha, têm entre 5 e 7 metros de altura. Os mais altos destinam-se ao depósito, que não pode ficar totalmente submerso durante a preamar. Além deles, são necessárias varas mais finas, que servem de “cintados”, bandas de proteção.

Dentre as diversas espécies de madeira de terra firme empregadas, os pescadores destacam: jarana (*Lecythis lurida*; lecythidaceae), cumatê (*Myrcia atramentifera*; myrtaceae), pintadinho (*Licania rufescens*; chrysobalanaceae), sapucaia (*Lecythis pitonis*; lecythidaceae), muruci (*Byrsonima chrysophylla*; malpighiaceae), murta (*Eugenia sp.*; myrtaceae) e outras, como cariperana, goiaba-arana e perena. Do manguezal utiliza-se o mangueiro (*Rhizophora mangle*) e a tinteira (*Laguncularia racemosa*).²

Os *paris* (esteiras) dos currais situados em rios são confeccionados com talas da palmeira inajá (*Maximiliana maripa*), pouco resistentes para serem empregadas no mar. Para os demais, usam-se varas de madeira.

2 Agradeço ao Sr. Nelson Rosa, técnico do CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi, a identificação das plantas.

Os paris são trançados com cipó. Antes, utilizava-se a espécie cipó-títica, proveniente do interior do nordeste paraense e do baixo rio Tocantins, trazida por barcos de comércio da cidade de Abaetetuba. Hoje em dia essa espécie se tornou escassa e, em consequência, cara. Os pescadores substituíram-na pelo cipó-piririca, que adquirem de comerciantes vindos do município de Paragominas, da estrada Pará-Maranhão etc. e, também, de agricultores do interior de São Caetano de Odivelas e adjacências. Com o desmatamento crescente na região, esse cipó também está se tornando raro e dispendioso.

Mais próximo à foz, observa-se depois de alguns anos o emprego de redes de náilon para cobrir as partes altas do *depósito* e da *sala*. A modificação mais recente na área foi o uso das redes para cobrir toda a *sala* e o *depósito*. A armadilha tornou-se assim mais leve, opondo menos resistência às correntes. As redes duram no mínimo duas safras (9 meses a um ano), às vezes três (um ano a um ano e meio), enquanto que os *paris* não ultrapassam seis meses. Apesar disso, as redes não são acessíveis a todos os curralistas, cujo poder de compra é muito reduzido. É interessante observar que os pescadores servem-se de redes já usadas da frota industrial, as quais não são reutilizadas por se encontrarem deterioradas. Pessoas na cidade de Belém adquirem-nas junto às empresas e percorrem os portos de pesca vendendo as panagens. Os curralistas remendam-nas e unem os pedaços para formarem telas do tamanho apropriado.

A preparação dos currais: atividades em terra e nos manguezais

A quantidade de componentes necessários à confecção de um curral é considerável. A título de exemplo, um enfia-coração requer 150 moirões, 400 cintados, 40 grosas de varas, 300 pedaços de cipó, além das redes. Por isso, a preparação começa por toda a série de operações visando a obter, reunir, preparar e transportar os materiais.

As madeiras de terra firme são preferíveis às dos mangues por serem mais resistentes. Todavia, elas se encontram freqüentemente longe de seu local de moradia, em áreas no alto Mojuim. Os pescadores escolhem terrenos acessíveis por barco, mas pode acontecer de terem de tomar a estrada. Os mangues, por seu turno, situam-se próximo das margens dos rios e, ademais, são zonas de domínio público, de modo que os

curralistas acabam sempre por utilizar uma proporção importante dessas árvores.

Para obter a madeira da terra firme, o pescador se dirige a um proprietário de terra, geralmente um pequeno agricultor, propondo a compra de uma determinada quantidade. Os contratos são estabelecidos oralmente e, em geral, entre pessoas conhecidas. Quando o curralista tem parentes no campo, ele pode ter a chance de dispor gratuitamente do material, segundo as regras de reciprocidade que se estabelecem entre eles. O mais comum é que o pescador (ou pescadores associados) corte as árvores e folhas e se encarregue do transporte. Ele pode contar com a ajuda de familiares ou engajar alguns homens para esses trabalhos, pagos por dia. Cabe notar que a extração é seletiva, pois são necessárias árvores com tamanho apropriado e que, ademais, não sejam muito tortas. No próprio local eles apontam com faca uma das extremidades de cada tronco, para poder fincá-lo ao solo.

Após o corte e o aparelhamento das estacas, varas e talas, eles as carregam nos ombros até a margem do rio, ou da estrada, para esperar o embarque. Nesse momento, uma das grandes dificuldades que eles enfrentam é a falta de meios de transporte, pois poucos têm uma embarcação capaz de suportar tal peso, como por exemplo um *batelão* (canoa de carga com casco reforçado por vigas). Os pescadores procuram então alugar uma dessas canoas dos que a possuem. O pagamento é função do número de dias. Evidentemente, de acordo com os laços de parentesco ou de afinidade entre as partes, pode haver empréstimo da embarcação sem compensação monetária. Um dos curralistas locais, que além disso era também marreteiro, cedia um de seus dois barcos motorizados a uma equipe de curralistas seus fornecedores. Esse fato ilustra uma das funções do comerciante: suprir em parte a falta de meios de trabalho dos pescadores, assegurando-se assim, ao mesmo tempo, o aporte da mercadoria sem concorrência.

Para transportar por estrada, os obstáculos são também importantes. Duas possibilidades existem: a primeira é pagar o frete em um dos caminhões da cidade e, a segunda, solicitar à Prefeitura o concurso de seu caminhão. Quando isso é possível, é ainda necessário encontrar um

momento em que o veículo esteja disponível. Fatores de ordem política podem interferir nesse préstimo, favorecendo-o ou não.

A tecedura dos *paris* é totalmente manual, feita nos quintais ou em terrenos vagos à proximidade. Os *paris* são confeccionados por partes, os *panos*. O processo permanece semelhante ao descrito por Furtado (1980). Primeiro desenha-se um plano do tecido sobre o chão. Para isso fincam-se na terra grupos de bastões paralelos, que delimitam a superfície e indicam as *linhas* a tecer. Sobre esse plano espalham-se as varas ou talas. É preciso ainda amaciar o cipó, que é extremamente rígido e rugoso em sua forma natural, torcendo-o em todo o comprimento. Passa-se então à tecedura das linhas. (Figura 6) Quando os tecidos estão prontos, eles são enrolados para o embarque.

A preparação dos *paris* pode preceder ou ser concomitante à obtenção dos moirões. Pescadores em sociedade costumam dividir essa tarefa. Mas, como normalmente eles não podem ficar muito tempo sem pescar e, além disso, dada a quantidade considerável de esteiras necessárias para cobrir todo um curral, é comum contratarem alguém, por exemplo um pescador momentaneamente sem trabalho, ou um aposentado, que é pago por linha tecida. Os tecedores são pessoas habituadas à pesca de currais, que adquiriram assim a prática de confeccionar *paris*. Cabe lembrar que os cipós, mesmo tendo sido torcidos, continuam ásperos e rijos.

Processo de instalação do curral no local da pesca

O curral é instalado durante as marés de lua, os *lanços*. Nesses dias, como as amplitudes das marés são maiores, a baixa-mar deixa os locais dos currais mais a seco. Aliás, aproveita-se dessas ocasiões para todos os grandes reparos. É então que a falta de um barco é mais crítica, pois o pescador pode se ver obrigado a adiar o término do curral até a próxima maré, duas semanas depois.

A instalação segue etapas sucessivas, identificadas por uma terminologia específica: *marcar, estaquear* ou *muruar, cintar e cobrir*. Furtado (1980) analisou essas etapas em Marudá. É interessante constatar certas diferenças entre o processo observado pela autora e o que é característico em São Caetano de Odivelas em

1990, devido às inovações recentes, como o uso das redes e de uma bomba a motor para fincar os moirões.

A *marcação* consiste em determinar a boa posição do curral. Comumente é preciso chamar o *marcador*, perito em identificar a direção das correntes. Hoje em dia ele é remunerado, embora haja quem recuse retribuição em dinheiro. De acordo com suas diretrizes, plantam-se pequenas varas, que servem para orientar a posição dos primeiros moirões. Uma corda é estendida entre as varas, representando o alinhamento do curral e permitindo medir a distância entre os moirões. As varas são depois substituídas pelos moirões definitivos. (Figura 7)

Plantados os primeiros moirões, pode-se passar à *muruação*, com a colocação dos demais moirões, já no dia seguinte. Essa é a etapa mais dura. Segundo o número de pessoas, o tamanho da armadilha e o tipo de fundo, ela pode ser feita em três ou quatro dias, ou ainda mais. A maneira mais comum consiste em enterrar o moirão no fundo, com a força dos braços, até uma altura em que possa resistir à força das águas. (Figura 8) Essa técnica é empregada sobre fundos de lama, como é o caso no interior do rio, sendo também utilizada sobre fundos rochosos mas, nesse caso, os trabalhadores devem primeiro perfurar o leito com um bastão de ferro.

O trabalho é mais difícil em locais continuamente submersos. Daí o interesse de aproveitar os dois dias seguintes ao dia de lua - as *cabeças de água* - pois, como as marés são maiores, durante o refluxo o lugar fica mais raso. Para fincar um moirão nessas condições, no mínimo quatro homens são necessários. Dois mergulham e seguram a parte inferior do moirão próximo ao fundo e os dois outros o sustentam do alto, de dentro de uma canoa. Assim, à força física eles devem aliar uma grande resistência para trabalhar sob a água.

Sobre fundos arenosos os pescadores passaram a usar, de cerca de dez anos para cá, uma bomba a motor para cavar, o que veio facilitar sensivelmente o trabalho. O *motor*, como é chamado, é colocado dentro de uma canoa. Munido de dois canos, um aspira a água e outro a projeta com forte pressão. No momento de sua utilização, uma pessoa controla o cano aspirador, enquanto outra aponta o cano que solta o jato na direção do local escolhido para cavar. Toda a

operação é muito rápida. Em poucos segundos o buraco é aberto e dois ou três pescadores fincam imediatamente o moirão.

Em São Caetano de Odivelas e Cachoeira, apenas quatro curralistas possuíam motor em 1990. Um deles o emprestava habitualmente a seus dois filhos curralistas. Um outro, que era também marreteiro, cedia seu motor a seus fornecedores de pescado. Os que não o possuem procuram alugá-lo, sendo o pagamento conforme o número de moirões colocados.

O próximo passo é *cintar* o curral, fixando-se as séries horizontais de bastões que sustentarão esteiras e redes. Essa operação pode ser levada a cabo durante uma única maré, dependendo sempre do número de participantes.

Chega-se, então, à colocação dos *paris* e das telas, uma fase minuciosa da qual participam no mínimo quatro pessoas. No dia combinado, os homens se dirigem ao local de modo a começarem o trabalho com meia maré de vazante. O *depósito* é o primeiro compartimento a ser coberto. Para tal, eles começam estendendo as redes ou *paris* na parte alta, amarrando-os aos cintados com cordas de cipó ou de plástico. Antes de concluído o revestimento de cima, a maré já mais baixa permite que outros comecem a cobrir a parte inferior. Frequentemente eles ainda têm de mergulhar para fixar as esteiras no fundo. Os outros compartimentos - *sala* e *espia* - podem ser cobertos nos próximos dias.

O curral já está assim pronto para começar a pescar. Todavia, ainda restam algumas precauções a tomar. Sabe-se que os sedimentos do fundo se deslocam em função da correnteza e que a presença mesma da armadilha modifica esse deslocamento. Passado certo tempo, as esteiras podem se encontrar elevadas em relação ao nível do solo, permitindo que os peixes escapem. “O curral cava”, como dizem os pescadores. Para evitá-lo, eles devem *atulhar* o chão do depósito, isto é, colocar folhagens, sacos com pedras, areia etc., para obstruir essas saídas. Tal medida deve, aliás, ser tomada durante toda a vida ativa do curral.

Sazonalidade das pescas e duração dos currais

Um curral, como visto, é consequência de uma série de atividades diversificadas, envolvendo várias pessoas. Sua preparação tem início nos campos, quando os pescadores escolhem, cortam e aparelham a madeira. Prosseguindo no povoado com a tecedura dos *paris*, o remendo das redes e a

junção dos demais componentes. Sua instalação se desenvolve também em várias etapas, ritmadas pelo ciclo das marés.

O tempo de construção varia em função das pessoas e dos recursos de que dispõem. Os pescadores estimam que, em média, é necessário um mês para preparar um curral. É muito comum que eles o instalem de maneira parcial, porém suficiente para que comece a capturar. O ideal é estar com o curral pronto no início das safras:

“As safras são o início do inverno, o tempo da dourada, pescada branca, piaba, em janeiro, fevereiro, quando chega o peixe do doce. Mas o melhor mesmo é no verão, é maio, junho, julho, agosto e setembro. E depois as coisas ficam difíceis. O salgadão chega, o peixe falha.”

As safras a que se refere são comuns a toda a atividade pesqueira na região estuarina e costeira amazônica, sujeita ao regime dos grandes rios. Nos meses de “inverno”, em que a vazão dos rios no oceano é maior devido às precipitações, o grau de salinidade das águas costeiras e estuarinas diminui. No verão, com a menor descarga fluvial, as águas marinhas aproximam-se da costa. Esse movimento condiciona as migrações das espécies, como mostra o curralista ao distinguir os peixes “do doce”. Além disso, os ciclos de marés também fazem variar as condições físico-químicas das águas, o que incide sobre a presença e o afastamento de determinados peixes, conforme as marés de quarto ou de lua. A pesca sofre, portanto, importantes variações ao longo do ano e, igualmente, durante um mesmo mês. Em resposta a esses fatores ambientais, os pescadores redeiros e os de linha (*anzóis*) se deslocam ao longo do litoral. Diante de tais flutuações sazonais, os curralistas também procuram adaptar seu calendário de pesca. Dezembro - para a safra do inverno - e abril - para a do verão - são os meses preferidos para a instalação ou renovação dos currais.

Vários aspectos devem ser considerados no tocante ao tempo de vida da armadilha. Segundo os pescadores as condições do meio têm um certo peso, pois os que ficam a seco à baixa-mar e estão sobre fundos arenosos, parecem mais resistentes. Mas a duração depende sobretudo dos cuidados com sua manutenção, pois há muitos fatores de ameaça. Sob a força das águas e dos ventos, os moirões tendem a se inclinar e quebrar, as paredes

perdem o prumo, os nós das amarras pouco a pouco se soltam. Os deslocamentos de sedimentos também comprometem a estabilidade do curral. Ressalte-se ainda a ação dos turus, moluscos vermiformes da família dos teredinídeos, que perfuram as madeiras para se alimentar, minando-as do interior. Há também as caracas, pequenos crustáceos protegidos por uma carapaça calcárea, que se fixam em colônias sobre os moirões, esteiras e redes, aderindo em quantidades tais que chegam a obstruir a passagem de água em determinado ponto. Os moirões ficam assim mais expostos às correntezas e, portanto, mais vulneráveis.

Um curral exige, pois, cuidados constantes. Deve-se inspecionar amarras, raspar as caracas com facão, examinar o rodapé do depósito, atulhar possíveis buracos etc. Durante uma safra deve-se no mínimo uma vez substituir parte dos moirões, colocar outros como reforço, trocar *panos de paris*...

Os curralistas que mantêm um a três currais na beira, conservam-nos enquanto as capturas o permitem, por 5 a 6 meses. Passada a safra eles os abandonam, para reconstruí-los na próxima estação. Entrementes eles se dedicam a outras atividades, como a pesca de linha nos rios, ou de caranguejos nos manguezais.

A despesca

O curral é *despescado* duas vezes por dia, durante a baixa mar. Quando as capturas estão fracas, os pescadores podem fazê-lo uma só vez, sobretudo se o curral não fica a seco, de modo que os peixes resistem até a próxima maré. Nesse caso, escolhem a maré da noite, para retornar ao porto pela manhã, quando é mais fácil vender o pescado. Duas pessoas no mínimo tomam parte da pescaria, salvo nos currais menores, em que um só indivíduo pode se ocupar.

A maior parte dos currais situa-se à jusante do rio Mojuim e ao largo do estuário. O tempo de viagem a partir de São Caetano de Odivelas e de Cachoeira varia entre uma e duas horas, segundo a distância e a propulsão da canoa.

A *despesca* difere entre os pequenos currais, dentro do rio, e os grandes, na costa. Nos primeiros, os homens chegam a bordo de uma canoa, que eles encostam do lado de fora do depósito. Como sua entrada (*boca*) é reduzida (cerca de 10 cm), penetra-se por uma janela lateral,

feita da mesma esteira. O pescador entra no depósito, onde quase sempre permanece um pouco de água, colhendo os peixes com o *puçá*, rede feita artesanalmente. Os peixes vão sendo jogados na canoa. Ao sair ele deve fechar a janela, para que o curral possa continuar pescando na próxima maré. (Figura 9)

Nos currais maiores, os pescadores empregam uma grande rede quadrada, com um calão em cada extremidade lateral, cuja panagem é ligada às cordas superior e inferior por anéis que correm sobre as cordas. Os pescadores dirigem-se ao curral também em canoa. Dois homens penetram no interior da armadilha com a rede. Um se coloca na entrada do depósito segurando um calão, enquanto o outro percorre toda a circunferência desse compartimento, com o outro calão, arrastando a rede rente ao fundo, para prender os peixes. Quando reúnem as duas extremidades da rede, eles puxam as cordas para fechá-la. Eles deverão então fazer a rede passar pela *boca*, de apenas 50 cm. Nesse momento, conforme o volume capturado, pode ser necessário o concurso de uma terceira, ou mesmo de uma quarta pessoa: dois empurram a rede de dentro do depósito e os outros dois puxam-na de fora. A manobra é difícil pois, além do peso de uma rede cheia de peixes, que deve transpor uma passagem estreita, os peixes se agitam enormemente e deve-se evitar os ferrões.

Retirada a rede, eles a arrastam até a canoa. Antes de despejar os peixes, eles devem cacetejar os maiores, pois esses ao se agitarem podem fazer cair outros na água. A rede é sempre passada uma vez mais no curral, para se assegurarem de ter recolhido todas as presas. Note-se que o trabalho dentro do depósito apresenta alto risco, posto que os homens ficam descalços em águas turvas, onde se encontram arraias e outros peixes com ferrão. (Figura 10)

Os resultados oscilam muito. Na safra, um só curral de fora chega a pescar mais de 200 kg. em uma só maré. Fora da safra, porém, a produção cai para menos de 50 kg. e, com alguma frequência, rende apenas o alimento dos pescadores e suas famílias.

Formas de associação entre os curralistas e a partilha do produto

Na maioria das vezes, os currais são mantidos em sociedade, embora se encontrem, também,

currelistas individuais. A ajuda dos parentes é sempre preciosa, especialmente naqueles momentos em que muitas mãos são necessárias. Os marreiros desempenham também um papel importante, ao favorecerem aos pescadores o acesso a certos recursos materiais e financeiros.

Em regra geral, os sócios participam de todas as tarefas, dividindo o produto em partes, após a venda. Quando um deles não pode ir pescar, se necessário eles engajam alguém, pago por dia. A diária é fixada com base no salário mínimo, cerca de 2 dólares à época. No caso do currelista individual que trabalha regularmente com um ajudante, a remuneração deste é habitualmente calculada em 20% do valor da venda. Mas, se as pescas estão fracas, ele pode ser pago por dia, ou até menos. Todos os participantes separam um lote de peixes para levar para casa, o chamado *quinhão da bóia*.

A qualquer momento um ajudante pode deixar o currelista, que poderá então ter dificuldades para achar um substituto, pois essa pesca está sendo considerada hoje como muito penosa e rude. Os jovens preferem embarcar como tripulantes na pesca de redes.

A frequência de sociedades entre currelistas deve-se, de um lado, ao volume de trabalho que essa pesca requer e, de outro lado, à situação de pobreza da maioria dos pescadores. Em resposta a tais coerções, eles mobilizam os membros de suas famílias, os amigos e os vizinhos. O quadro 1 mostra as formas de associação e de partilha do produto entre os currelistas.

Apesar de sua singularidade, o grupo A6 é característico da situação de inúmeros pescadores e de suas estratégias de produção. Em maio de 1990 esse grupo mantinha uma *linha* de cinco currais ao largo da foz do rio Mojuim. Eles se dirigiam aos currais em uma canoa a motor, pertencente a um dos parceiros, E., de 40 anos. As cinco armadilhas estavam distribuídas da seguinte maneira. E. e sua esposa possuíam três currais, sendo um em sociedade com o irmão dela, um com sua irmã e o terceiro, com um compadre; esse mesmo compadre possuía ainda outro curral, em sociedade com o sogro; finalmente, um amigo de E., seu antigo ajudante, possuía o quinto curral, junto com um filho. Pela canoa, E. tinha direito a uma meia parte suplementar do produto de cada curral.

Essa associação apresentava várias vantagens para os membros do grupo e, especialmente, para o dono da canoa, remunerado com uma parcela maior. Em primeiro lugar, devido à utilização da canoa a motor, necessária para pescar em locais distantes; com efeito, durante as safras, pescadores que demoram a voltar ao porto são obrigados a vender seu peixe a preços reduzidos, porque o mercado do dia já foi abastecido. Além disso, atuando juntos eles podem também cooperar em certas tarefas. As mulheres dos pescadores, por seu turno, ajudam a puxar as redes e se ocupam da triagem dos peixes. Deve-se ainda lembrar que a despesa ocorre duas vezes por dia e que as saídas duram cerca de 5 horas, seguidas de mais algum tempo no porto para o desembarque e a pesagem. Depois de alguns dias de sono interrompido, o cansaço obriga o pescador a ficar em casa por uma maré, de modo que seu sócio pode substituí-lo. Em suma, a associação permite-lhes explorar vários currais simultaneamente. Dadas as incertezas da pesca, manter um só não é suficiente.

Dois situações particulares a esse grupo reforçam a importância da associação. Um dos currais era mantido pelo dono da canoa e sua cunhada, depois que o marido a havia abandonado com os filhos. Ela participava cotidianamente das viagens, retirando os peixes da rede, enquanto seu sócio se ocupava da pesca e dos reparos mais difíceis. A outra situação era evidenciada pelo caso de um dos currelistas que estava ausente há um mês, por motivo de doença, de modo que os demais faziam seu trabalho e o sócio repassava-lhe sua parte do produto da venda. Ao se associarem, portanto, os pescadores buscam reunir a mão-de-obra e os recursos necessários ao empreendimento.

A unidade B4 refere-se ao caso de J., 49 anos, currelista individual, pescador de camarão durante o verão e, eventualmente, de caranguejos nos mangues. Em abril de 1990, ele acabava de reunir os materiais para instalar três currais. O primeiro já estava instalado graças à ajuda financeira de suas filhas, professoras do município. Ele mesmo e seu ajudante haviam tecido as esteiras. Para a montagem do curral, um filho e dois genros haviam colaborado. Totalmente diferente era a situação de outro currelista individual, V., 40 anos. Tendo rompido a sociedade com o irmão, ele conservava apenas um curral no rio, para sustentar sete filhos pequenos, auxiliado pela esposa que recebia um salário irrisório como servente de

escola. Ele aguardava a chegada da safra de verão, na esperança de conseguir levantar um segundo curral.

Nas unidades A4 e B1, os parceiros haviam contribuído diferentemente na montagem dos currais. O primeiro grupo era formado por três sócios que exploravam dois currais. Um deles, contudo, não participava das tarefas cotidianas pois havia formado outra sociedade. Para montar os currais, os três sócios haviam trabalhado, enquanto que ele havia ademais fornecido uma parcela do dinheiro; a outra parcela fôra adiantada pelo marreteiro. Por essa razão, eles haviam estabelecido o seguinte acordo: os dois outros se ocupavam do curral, repassando-lhe semanalmente sua parte na venda do pescado.

Outro exemplo de associação entre parentes, é o caso de Q. (unidade B1), que na época possuía dois barcos motorizados e mantinha três currais com um cunhado. Na preparação dos currais o cunhado havia coletado o material, enquanto ele havia feito as compras necessárias e pago o tecedor dos paris. Esse mesmo grupo revela um tipo de associação temporária e freqüente entre curralistas, para o uso de um bem relativamente raro, o barco. No início da safra de verão, os dois sócios aprontavam um novo curral, da mesma forma que um amigo comum, cuja *linha* de currais era próxima à deles. Porém, esse último não possuía barco para transportar o material. Assim, eles decidiram *marcar* ambos no mesmo dia, aproveitando não apenas a embarcação, como também a presença do *marcador* e dos homens reunidos para a operação.

As unidades A1, A2 e A3 correspondem a membros de uma família. O pai, com dois currais, e os dois filhos, cada um com dois currais e dois barcos a motor, sendo um dos barcos empregado em pesca de rede. Um dos filhos era comerciante de pescado, seu curral era apenas meio de obter uma renda extra. Três outros curralistas (grupo A4) vendiam-lhe metade do que capturavam. Em troca, ele os rebocava todos os dias em seu barco, pois eles só dispunham de uma canoa a remo. Essa família representava um dos raros casos de curralistas que possuem individualmente recursos para manter currais de fora. Observa-se, ainda assim, que eles associavam a pesca de curral à de rede e que, ademais, um deles era também marreteiro.

As sociedades podem evidentemente ser desfeitas. A razão mais freqüente apontada pelos

pescadores, é o não respeito às regras de partilha do produto.

Afora o caso daqueles que associam essa pesca com a de redes, bem como do pescador que recebe uma parte suplementar de vários currais pelo fato de ser o dono da canoa, constata-se que os curralistas não se diferenciam entre si do ponto de vista econômico e social. Dispor de canoa motorizada é ainda raro entre eles. É ainda nessa forma de pesca que se encontram com mais freqüência as sociedades de pescadores. Por outro lado, a renda dos que atuam como ajudantes é em geral mínima. No mais das vezes são antigos curralistas que não conseguiram naquele ano montar seu próprio curral, por falta de recursos, ou de sócios.

Apropriação dos territórios de pesca

As águas costeiras, os rios e zonas adjacentes, até onde se faz sentir a influência das marés, são de domínio público no Brasil. As comunidades litorâneas e ribeirinhas, porém, instituem normas de uso e de partilha desses espaços. É assim que os lugares onde estão os currais tornam-se "propriedade" dos pescadores e podem ser transmitidos em herança.

Em teoria, para poder implantar um curral, o interessado deve primeiro obter aprovação da Capitania dos Portos, na cidade de Belém. Mas na realidade, segundo o direito costumeiro, ocupa-se livremente um espaço, desde que outros já não o estejam utilizando, devendo-se comunicar o fato à Colônia de Pescadores. Desse modo, adquire-se o direito de uso sobre aquele território. Se o pescador o abandona por dois anos consecutivos, sem instalar novas armadilhas, outros podem ocupá-lo. Encontra-se, igualmente, venda de áreas de curral por parte daqueles que deixam a pesca, ou que não vão renovar seu curral. O objeto da transação pode ser um velho curral, a ser quase inteiramente reconstruído, mas cuja aquisição dá acesso ao terreno.

A despeito dessas regras, surgem tensões e conflitos no tocante à apropriação dos territórios. As desavenças podem ocorrer, por exemplo, quando um curralista considera-se prejudicado pela posição de um determinado curral, que supostamente impede o peixe de chegar até o seu. Ou, então, quando alguém se instala em área tradicionalmente ocupada por outro. Tais problemas fizeram com que, no município de Marapanim, em 1993, fôsse baixada pela

Federação dos Pescadores do Pará a Instrução Normativa 0004/93, autorizando a Colônia de Pescadores a registrar as áreas dos currais.

A apropriação do meio haliêutico não é, com efeito, uma simples ocupação de um espaço comum e indiferenciado. Há áreas melhores que outras, certas “pedras” são tidas como particularmente piscosas, sendo por isso objeto de competição entre os pescadores.

O mar também é objeto de tensões entre curralistas e redeiros, que têm visões divergentes quanto aos possíveis prejuízos que uns e outros causam a suas atividades respectivas. As evidências indicam que o problema se agravou nos últimos anos, desde a colocação dos grandes currais ao largo.

Em 1987 as divergências exacerbaram-se. É o que mostram numerosas cartas enviadas pela Colônia de Pescadores de São Caetano de Odivelas à Federação de Pescadores e à então SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) solicitando, a pedido de um grupo de redeiros, a intervenção desses órgãos “para resolver os problemas que os grandes currais colocam à navegação e à colocação das redes de pesca no estuário do rio Mojuim”.

Os curralistas envolvidos se organizaram, liderados por um dentre eles que era também marreteiro. Na ocasião ele foi até a Capitania dos Portos e registrou pela primeira vez seus currais. Após vistorias na área, esse órgão finalmente emitiu parecer favorável à permanência dos currais. Pescadores que viveram o episódio lembram-se, não sem uma ponta de humor, que à época todos os curralistas puseram balizas em suas armadilhas, uma exigência legal quase nunca observada.

Na perspectiva dos curralistas, a repartição do espaço marinho deveria obedecer ao princípio segundo o qual os redeiros limitam-se aos canais, deixando as beiras de praias e as croas aos curralistas.

“Os redeiros reclamam porque eles não podem pescar lá em baixo, onde é raso, na maré baixa fica tudo seco. Só passa na maré alta. Então, quando o peixe dá, eles querem pescar em cima das praias. Mas eles deviam pescar nos canais, fora. E deixar as partes menos fundas, para que os peixes venham para os currais. Eles querem botar a rede onde o peixe aparece, mas a rede pode se engatar nas estacas e rasgar. Mas se eles

botassem só nos canais, onde é impossível a gente colocar um curral... porque a gente escolhe um lugar onde dá o peixe, a gente emprega todo esse dinheiro num curral, a gente quer tirar o que a gente gastou.”

O problema do espaço é ligado ao do acesso aos recursos pesqueiros. Ele exprime uma rivalidade latente entre os dois principais grupos de pescadores - os antigos, representados pelos curralistas, e os novos, os redeiros. E os peixes parecem escassear, todos estimando que as capturas diminuíram sensivelmente no espaço de uma geração. Para os curralistas, a concorrência das redes é em parte responsável por tal situação, pois elas “perseguem” os peixes, impedindo-os de se aproximar da beira, enquanto que os currais são passivos. De fato, esse tipo de crítica exprime também a constatação do declínio de sua arte de pesca. Seu discurso é marcado pela idéia de que o curral é próprio dos pequenos pescadores, dos que não têm meios de passar à pesca de redes.

“Eu luto pra colocar um curral, pra ver se um dia eu melhora também minha situação, poder comprar um barco, rede... Porque muitos de meus companheiros já tiveram nessa luta e conseguiram comprar rede. Se eles melhoram, eles deixam o curral, que é um material que não dura. A rede dura muito mais. O curral só dura 5, 6 meses. Então, se o peixe passa nele, que a pessoa pega o peixe e recupera o dinheiro que ela empregou, é bom, senão, ela perdeu tudo.”

As redes se impõem gradativamente, mas os currais continuam. Eles parecem hoje menos produtivos que as redes pelo fato de serem fixos, embora possam capturar grandes quantidades de peixe nas safras, sobretudo os localizados ao largo, segundo o novo modelo. Um outro fator deve ser assinalado. Os curralistas valorizam sua autonomia, que preferem não trocar por uma vaga de simples tripulante em pesca de rede, tendo direito a apenas um quinhão, isto é, uma parte dentre as muitas em que é dividido o fruto das capturas.

Relações de dependência entre marreteiros e curralistas

Como todos os demais pescadores da região, os curralistas são obrigados a vender seu produto

rapidamente. E o principal mercado consumidor está distante; trata-se, em primeiro lugar, de Belém e, secundariamente, outras pequenas cidades do nordeste paraense. As vendas se fazem de pescador a marreteiro. A opção de venda direta a varejo restringe-se aos períodos de afluxo de veranistas.

Os preços ao pescador são definidos em função dos que vigoram na região metropolitana de Belém, sem que os pescadores possam influir, dada sua posição na cadeia de comercialização. Deve-se considerar também, que a total falta de infra-estrutura de desembarque no local reforça sua posição desfavorável já que, sem meios de estoque, eles não podem aguardar para vender o pescado em melhores condições. Em momentos de grande abundância, por outro lado, chega a ocorrer que os compradores não sejam suficientes, de modo que uma parte do pescado desembarcado é perdido. A própria abundância faz cair o preço.

O número de marreteiros é variável, pois negociantes de fora vão periodicamente comprar peixe. Entre março e maio de 1990, cerca de 20 intermediários atuavam em São Caetano de Odivelas. Eles se diferenciam conforme o volume de suas transações e seu poder econômico. Os "pequenos marreteiros", a maioria, são os que comercializam somente no próprio município. Não dispendo de veículos, ou possuindo no máximo uma bicicleta para percorrer povoados do interior, esses marreteiros revendem também a outros comerciantes, do local ou de fora, que atingem os mercados mais importantes. Alguns pequenos compradores remetem diretamente a mercadoria em caixas de isopor, pagando frete em um dos caminhões que freqüenta a área. Na época da pesquisa de campo, dois deles eram igualmente funcionários da Prefeitura e um terceiro possuía uma taberna em sua residência. Um dos marreteiros exercia também a pesca, possuindo um curral e redes.

Os "grandes" intermediários são os que dispõem de um a quatro caminhões, para transportarem o produto até Belém e outros destinos, inclusive capitais do nordeste do país. Em Cachoeira, quatro desses intermediários são também armadores de pesca, possuindo cada um vários barcos equipados para a pesca de rede. Negociam principalmente com o pescado trazido por suas próprias tripulações. São eles que operam nas condições mais vantajosas, pois levam diretamente o produto de seus barcos para mercados distantes. Outros marreteiros, com

caminhão, compram tanto de pescadores como de intermediários locais. Pequenos e grandes marreteiros podem fazer acordos temporários de fornecimento/compra de pescado.

Entre pescadores e marreteiros estabelecem-se relações duráveis e não isentas de tensões. Os pescadores dependem dos intermediários não apenas para o escoamento do produto, mas também em razão das dívidas que contraem junto a eles, a única fonte de crédito disponível. As dificuldades de obtenção de gelo e de combustível, trazidos de Belém ou da cidade de Vigia, no município vizinho, reforçam ainda mais a dependência. Por seu turno, o endividamento é também um recurso do comerciante para se assegurar do pescado sem concorrência, o que permite atenuar os efeitos das oscilações das pescas sobre seu negócio.

Comparadas às da pesca de redes, as despesas monetárias da pesca em currais são menores, mas os curralistas também são levados a solicitar adiantamentos, para cobrir certos gastos das pescarias e mesmo para necessidades pessoais. A contrapartida é a exclusividade na venda e o menor poder de barganha do pescador sobre os preços. O marreteiro torna-se, assim, seu "patrão". O compromisso dura até o ressarcimento da dívida, mas as partes podem ter interesse em prolongá-lo, como era o caso dos que desfrutavam da possibilidade de tirar madeira no terreno da família do "patrão". Um dos curralistas assim explicou esse tipo de vínculo duradouro:

"A gente vende prá dois marreteiros. A gente 'ajuda' os dois e os dois nos 'ajudam'. O seu L., porque a parte financeira foi por sua conta, pra gente comprar os pregos, também o dinheiro pra gente poder comprar qualquer coisa antes do curral ficar pronto. O outro, é porque ele nos reboca com o barco dele, ele nos traz de volta pro porto, a gente fica liberado de remar até lá, ele também empresta a bomba pra cavar, várias vezes ele comprou prego também. Por isso, a gente tem de contentar os dois."

Vale notar que os adiantamentos não ultrapassam determinado patamar. Os marreteiros locais são considerados "fracos", eles não asseguram a compra de um barco ou de uma rede. Por outro lado, como os empréstimos restringem a liberdade na venda, a situação ideal para os

pescadores seria a de não precisarem se endividar. Na prática isso é pouco provável.

Os marreteiros preenchem, desse modo, certas funções econômicas junto a esses pescadores que não conseguem arcar com os custos de produção de maneira autônoma. Seu produto destina-se em parte a consumidores de baixo poder aquisitivo. Além do mais, estão longe dos mercados e sem acesso ao crédito comercial e bancário. Observe-se que, fora das safras, o crédito dos marreteiros também se reduz.

Constata-se, portanto, que nessa produção pesqueira muito variável em volume e em espécies, os pescadores - curralistas e redeiros - correm os riscos e permitem a um grupo de indivíduos se especializarem na distribuição dos produtos do mar. São em sua maioria pequenos marreteiros, sujeitos por sua vez a grandes compradores, que têm acesso aos principais mercados e que possuem meios de transporte.

Considerações finais: mudanças e continuidade na pesca de currais

Ao longo do tempo e notadamente nos últimos anos, os curralistas introduziram várias inovações em sua forma tradicional de pesca, com o objetivo de ampliar sua eficácia. Eles se tornaram também mais dependentes do mercado. Todavia, o modo como participam desse mercado não se alterou substancialmente. Modificou-se o lugar da venda, pois o pescado que era passado ao geleiro no mar, hoje é entregue ao marreteiro no porto. Em conseqüência, os pescadores não ficam mais vários dias seguidos nas áreas de pesca. Mas, tal como no século passado, eles não têm acesso aos meios de distribuição de seu produto em terra. Por outro lado, seu modo de captura tornou-se secundário, em contraposição à época em que boa parte do pescado que abastecia Belém, inclusive por uma empresa de pesca, era produzido por esse intermédio.

A confecção e a manutenção de um curral continuam a exigir um notável volume de trabalho. Ao se associarem, os curralistas submetem-se à necessidade de reunir a mão-de-obra e os recursos, podendo assim manter vários currais ao mesmo tempo. Ressalta-se, ademais, aquelas reuniões temporárias de curralistas para a realização em comum de determinadas tarefas. As sociedades baseiam-se em laços de parentesco, de amizade ou de vizinhança. Por vezes eles se associam a

marreteiros, que lhes facultam certos bens materiais em troca da exclusividade na venda. A persistência de tais relações sociais não se explica unicamente pela insuficiência de meios individuais de trabalho. Eles buscam dessa maneira também colaboração, reciprocidade e a segurança de dispor de um substituto quando não se pode ir à pesca, ou mesmo quando não se quer ir.

A situação dos que dependem dessa pesca para viver é longe de ser estável. A maior concorrência na exploração dos recursos pesqueiros compromete a produtividade dos currais. Isso torna necessária sua instalação mais longe e, também, que se possa retornar mais cedo ao porto, evitando ver os preços do pescado caírem ainda mais em dias de grande desembarque. Para a maioria dos curralistas, entretanto, é praticamente impossível comprar um barco a motor. Eles vivem, portanto, de rendimentos extremamente modestos e sujeitos às oscilações de um mercado sobre o qual não podem interferir, dada sua posição na cadeia de comercialização. Porém, não há alternativas consistentes de trabalho, inclusive na pesca, o que explica a continuidade dos curralistas em diversas comunidades litorâneas paraenses.

Hoje em dia as redes se difundem mais e mais na pesca costeira. Sua aquisição e emprego requerem poder de compra, acesso ao crédito bancário e comercial, ensejando, com isso, uma maior concentração na propriedade dos equipamentos. Ser redeiro, para a maioria, implica ser um parceiro despossuído, detentor unicamente dos conhecimentos e da prática de pesca. Esse aspecto também deve ser considerado para se compreender a permanência dos curralistas, com autonomia cada vez menor.

É importante assinalar que, a despeito de todas as coerções - ambientais, técnicas, econômicas - os curralistas têm um dinamismo, expresso em suas práticas associativas e nas melhorias que vão introduzindo nos currais. O sistema sócio-econômico envolvente, porém, não é permeável a esse dinamismo. A evolução da sociedade regional nas últimas décadas, com o desenvolvimento das estradas, dos meios de transporte e de conservação e com os novos métodos de pesca, não se tem acompanhado de uma evolução comparável dos meios sociais da produção pesqueira.

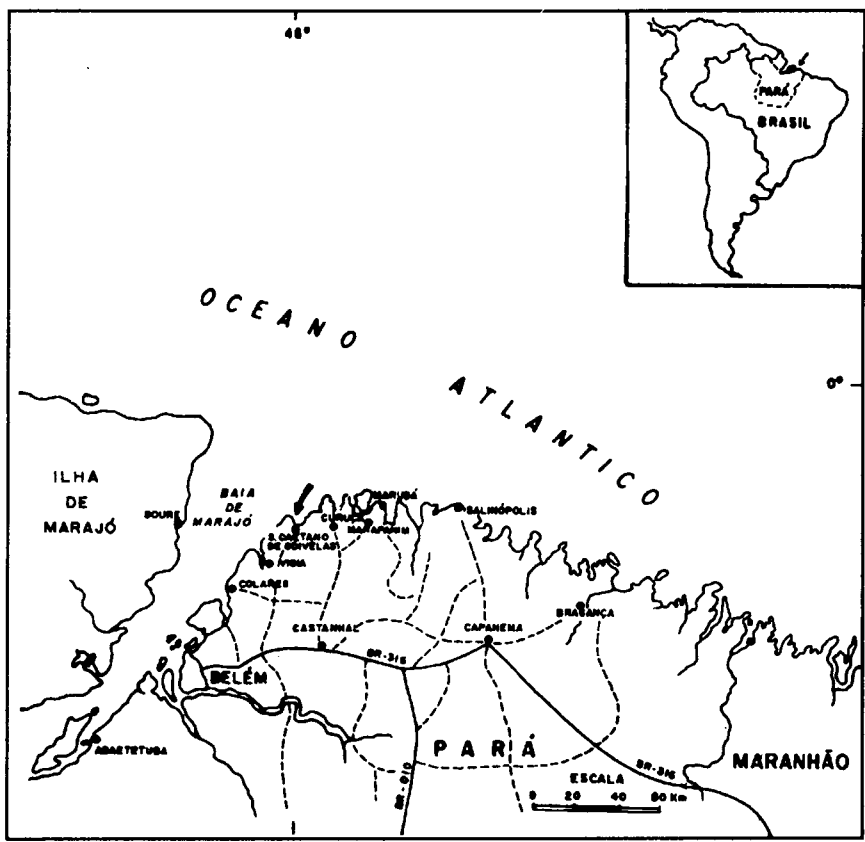


Fig.1 - LITORAL DO ESTADO DO PARÁ

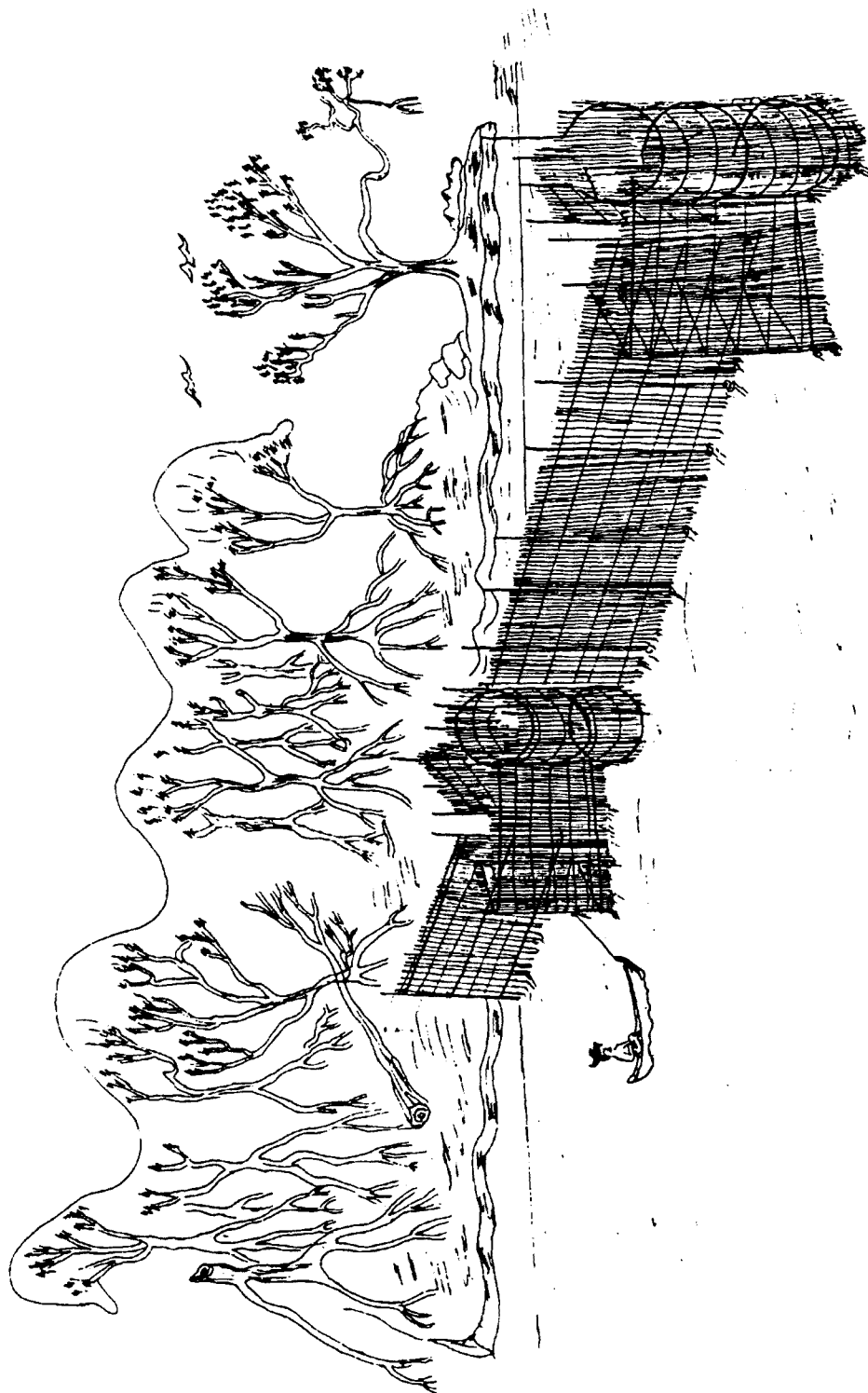


Fig.2 - "LINHA" DE CURRAIS TIPO "CORÇÃO", À MARGEM DE UM RIO

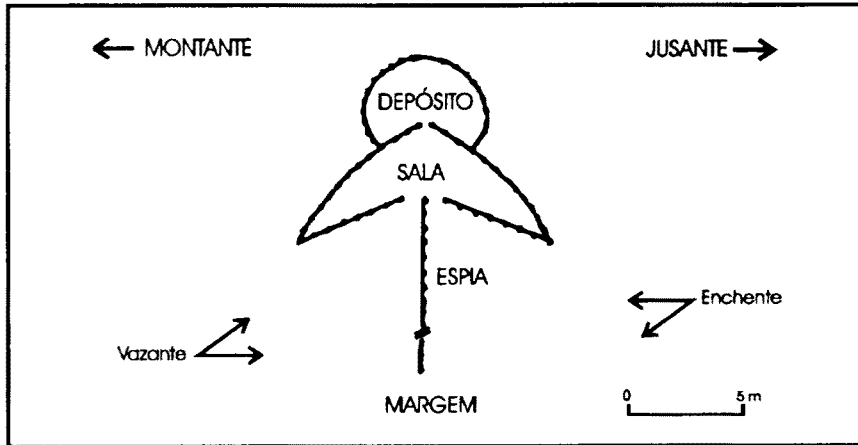


Fig.3 - ESQUEMA DE UM CURRAL "CORAÇÃO" (visto de cima)

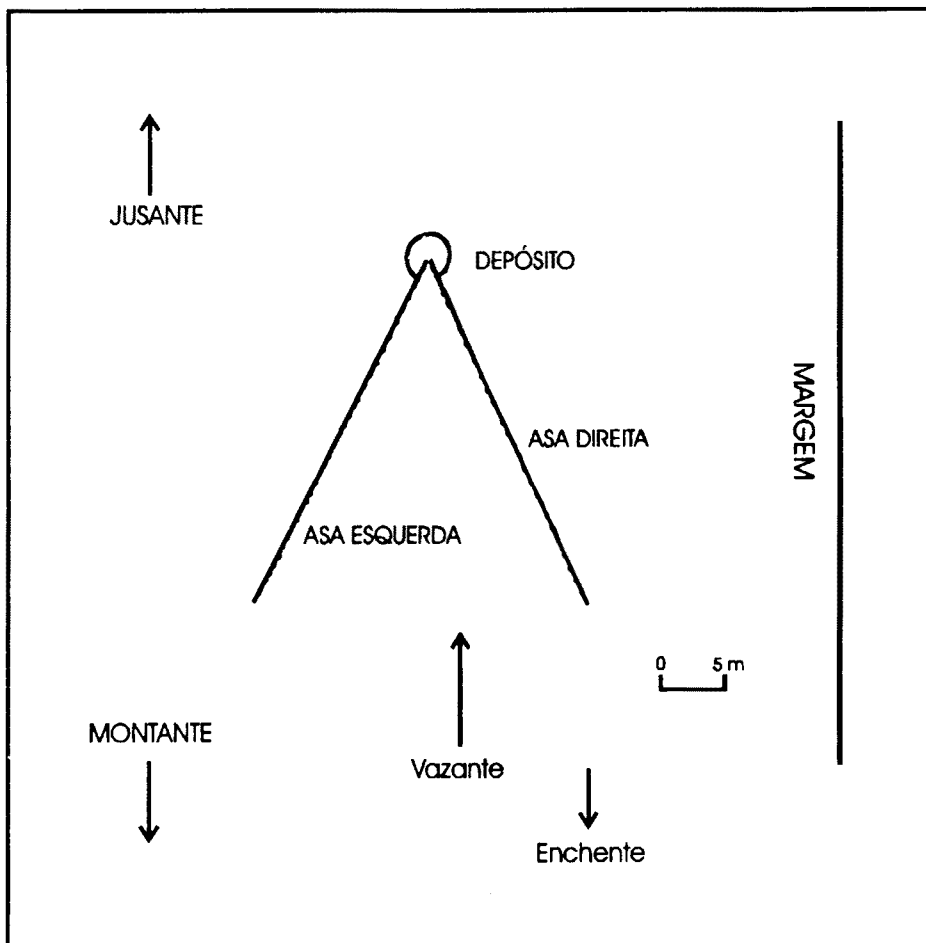


Fig.4 - ESQUEMA DE UM CURRAL "ENFIA" (visto de cima)

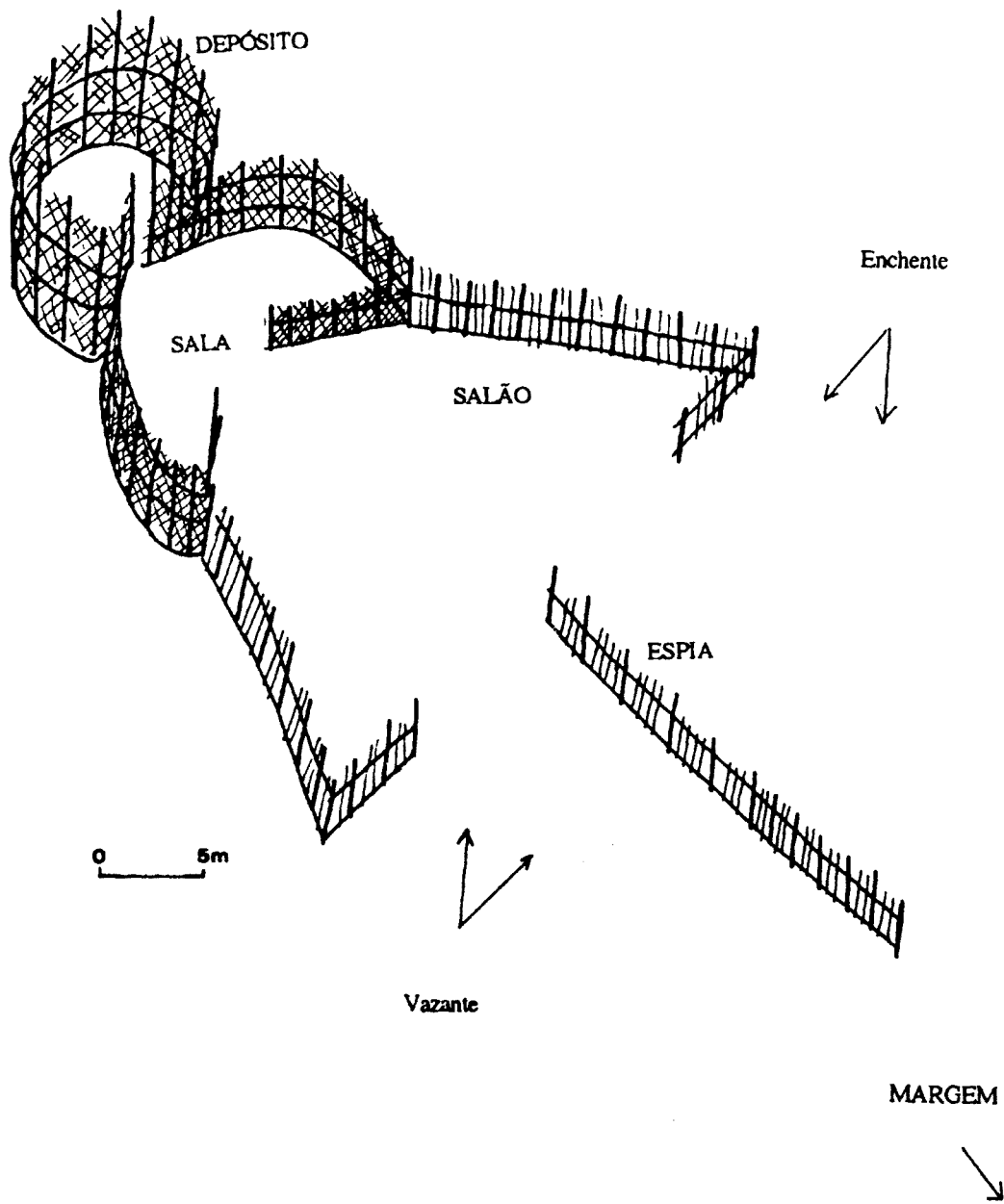


Fig.5 - ESQUEMA DE UM CURRAL "ENFIA-CORAÇÃO"

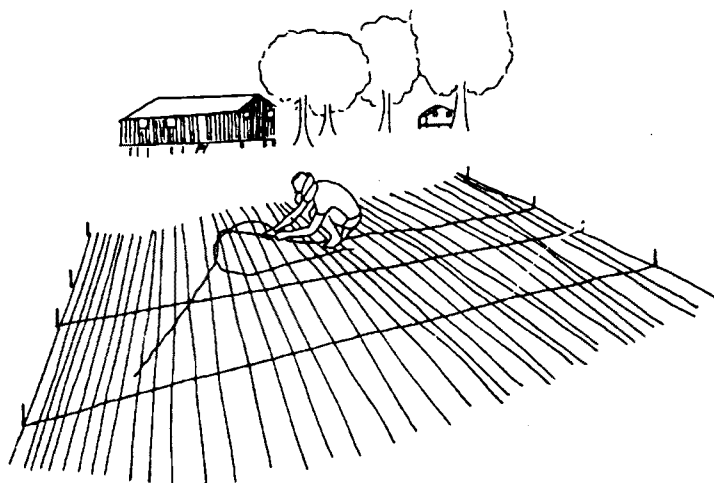


Fig.6 - TECEDURA DE UM PARI

**Quadro 1 - Currais de fora (grupos A) e de beira (grupos B)
São Caetano de Odivelas (Pará) - março/junho 1990
Formas de partilha do produto da pesca**

Grupos A

Grupos	Currais	Proprietários	Trabalhadores	Remuneração partilha produto	Embarcação utilizada
A 1	dois currais	individual	o proprietário e um ajudante	80% 20%	do proprietário
A 2	dois currais	individual	o proprietário e um ajudante	80% 20%	do proprietário
A 3	um curral	individual	o proprietário e um ajudante	80% 20%	do proprietário
A 4	dois currais	três sócios	dois sócios e um ajudante	3 partes e mais uma diária	eles alugam uma canoa
A 5	dois currais	três sócios	os três sócios, sendo um deles sócio dos dois currais de A 4	3 partes	a canoa dos sócios
A 6	um curral um curral um curral um curral um curral	dois sócios dois sócios dois sócios dois sócios dois sócios	pescadores que vão juntos aos currais, dividindo certas operações de pesca e de manutenção das armadilhas	1 + 2 partes 1 + 1,5* 1 + 1,5* 1 + 1 + 0,5* 1 + 1 + 0,5*	a canoa de um dos sócios; cada um fornece uma meia-parte* do produto líquido de seu curral para o dono da canoa; o combustível é deduzido como despesa comum.

Cont. Quadro1 — Grupos B

Grupos	Currais	Proprietários	Trabalhadores	Remuneração partilha produto	Embarcação utilizada
B 1	três currais	dois sócios	os dois sócios, ou apenas um com um ajudante	1 parte + 1 parte; ou 1 parte + 1 parte + a diária do ajudante	a canoa de um dos sócios
B 2	um currais	três sócios	os três sócios	3 partes	a canoa dos sócios
B 3	um curral	individual	o proprietário e um ajudante	80% 20%	a canoa do proprietário
B 4	um currais	individual	o proprietário e um ajudante	80% 20%	a canoa do proprietário
B 5	dois currais	um casal possui um curral e seu filho possui o outro, junto com um amigo	eles pescam juntos, pois os currais ficam próximos	2 partes 2 partes	a canoa da família

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENA, A. L. M.** *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Pará : Typ. de Santos & Menor, 1839. 589p
- CAMINHÕES** tomam lugar das velas. 1993. *O Liberal*, Belém, 21 de julho, p. 1, caderno "dia a dia".
- EL-ROBRINI, M. et . al.** Deposição e assoreamento das rias do nordeste do Estado do Pará /Brasil. In: Congr. Bras. Geol., 37. São Paulo. *Boletim de resumos expandidos*. São Paulo, SBG, p.79-80, 1992.
- EMPRESA DE PESCA.** *O Liberal do Pará*, Belém, 11 de junho, p.1, 1887.
- FURTADO, L.** *Curralistas e redeiros de Marudá; pescadores do litoral do Pará*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980. 364 p. (Dissertação de mestrado).
- . Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 82, p. 1-49, 1981. (Nova série: Antropologia)
- HURLEY, J.** *No domínio das águas: livro dos pescadores paraenses*. Belém : Instituto Dom Macedo Costa, 1933. 114p.
- LE GAGNEUR, M.** La "Barrière Brésilienne" en Guyane. *Equinoxe* n. 17, IFREMER, oct./nov. 1987. p.31-36
- MELLO, A. B. F.** *A pesca sob o capital; a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1985. 296 p.
- PESCADORES** estão em situação difícil: não existe incentivo. *O Liberal*, Belém, p.3., 8 ago. 1992.
- SUDEPE-PA/AP.** *O setor pesqueiro no Estado do Pará; diagnóstico (versão preliminar)*. Belém, COREG. 81p., 1988.
- VERISSIMO, J.** *A pesca na Amazônia*. Belém : Universidade Federal do Pará, 1970. 130 p.

MARIA CRISTINA MANESCHY é Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Pará.
Endereço: Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Pará
Campus Universitário do Guamá
66.075-900 - Belém - Pará, Brasil

Revista da SBHC, n.10, p.53-74, 1993